

A “guerra antropofágica”: sobre violências e vinganças em uma guerra não tão particular¹

Eduardo de Oliveira Rodrigues

Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Brasil

Palavras-chave: vingança, violência, polícia

Introdução

A vingança é elemento dotado de importante interesse sociológico, sobretudo pela sua relação com a problemática do conflito. No cenário nacional, o tema é relevante diante de contextos de persistente violência, onde o urbano se constitui como possível recorte analítico do fenômeno. Dentro da “metáfora da guerra” (Leite, 2012) que orienta as ações das polícias particularmente na metrópole carioca, a vingança aparece tal qual dispositivo legitimador da violência estatal letal, em especial na forma de resposta à morte de agentes em ação. Segundo quantificação construída por Coelho (2017, pp. 151-152), as mortes ocasionadas por intervenção policial durante a escala de serviço dos agentes, isto é, quando eles estão fardados e realizando atividades de patrulhamento, tendem a aumentar significativamente nas áreas aonde um agente fora previamente assassinado. Segundo a autora, em termos percentuais, a morte de um policial tende a aumentar em 350% as chances de um civil ser morto em decorrência de intervenção policial no dia seguinte, ou ainda em 125% nos sete dias posteriores e, assustadoramente, aumentam em 1150% para o mesmo dia do assassinato do agente.

Grande parte dessas mortes por vingança ocasionadas pela ação estatal ocorrem no âmbito das chamadas “operações policiais”. Como argumentam Albernaz e Rodrigues (2022, p. 617), existe uma profunda opacidade e indefinição normativa acerca desta categoria, não existindo nem dados públicos oficiais sobre a ocorrência do fenômeno, nem tampouco transparência sobre os protocolos de ação que regulam tais episódios. Grosso modo, as “operações” são tratadas quase como “sinônimos” para as incursões da polícia em certas áreas de violência deflagrada, compreendendo um conjunto bastante heterogêneo de condutas operacionais direcionadas ao “combate ao tráfico de drogas”,

¹ Trabalho apresentado no GT 57 “Etnografias em contextos de violência, criminalização e encarceramento”, durante a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia.

visivelmente concentradas em favelas e periferias pobres da capital e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

No caso específico da Polícia Militar fluminense (PMERJ), diferentes trabalhos como Albernaz (2020), Ferreira (2021) e Rodrigues (2021a, 2022) apontam que as operações policiais constituem um importante veículo não apenas de produção de valor material e simbólico para os envolvidos nessas ações, mas também de letalidade policial, sendo responsáveis por parte significativa dos homicídios em todo o estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas (Misse et al., 2013). Dados do datalab “Fogo Cruzado” trabalhados por Hirata et alli. (2021, p. 4) nos mostram que das 305 “chacinas²” ocorridas entre agosto de 2016 e 2021, 223 foram realizadas em “ações da polícia” e 82 foram realizadas em “ações criminais e não oficiais”. Do total dos 1184 mortos contabilizados, 878 foram vitimados pela ação do Estado, enquanto 306 pela ação de grupos criminais. Isto significa, em outras palavras, que as “operações policiais” produziram quase três vezes mais chacinas que os grupos armados criminais e vitimaram praticamente o triplo de pessoas.

Em diálogo com a literatura sobre a “vingança policial” no Rio de Janeiro, o presente paper³ sugere deslocar o foco analítico das situações de violência em si para os significados que ela assume no cotidiano dos envolvidos nos conflitos. Falo não necessariamente de policiais e traficantes de drogas, mas dos possíveis futuros “soldados” da PMERJ que potencialmente participarão das vendetas. O argumento central do paper é de que muitos dos significados sobre a “vingança” atribuídos por esses jovens são tributários de um processo em gestação já antes de eles possivelmente adentrarem os batalhões, diante da sua vivência em bairros pobres e favelas dominados por casos de violência perpetrada por criminosos e agentes estatais. Para sustentar meu argumento, baseio tais conclusões em dados construídos através de pesquisa etnográfica realizada durante 15 meses junto a centenas de candidatos ao cargo de “soldado PM”. Durante o doutoramento, iniciei minha observação participante em um “cursinho” preparatório para as provas intelectuais da corporação, onde atuei enquanto “monitor” das disciplinas de

² O datalab “Fogo Cruzado” considera “chacina” a morte de três ou mais pessoas em episódios de violência envolvendo ou não agentes estatais.

³ Este paper é uma primeira versão da análise de alguns dados construídos durante o meu doutoramento e que acabaram não sendo mais bem refletidos no âmbito da tese.

Ciências Humanas cobradas no concurso⁴. Com as dezenas de candidatos com os quais tive maior proximidade, consegui conhecer melhor suas vidas para além da sala de aula nos lugares nativos de moradia, trabalho e lazer.

Como forma de organizar melhor meus argumentos, o paper se divide em outras duas sessões. Primeiramente, procuro descrever certos aspectos da história de vida de um dos meus principais interlocutores de pesquisa através de um aparente paradoxo. Enquanto possível futuro policial militar, Ricardo deseja patrulhar preferencialmente, por um lado, as ruas de bairros pobres e periféricos da metrópole carioca. Por outro, ele afirma querer dirigir seu *Uber*, apenas, em bairros abastados da cidade, sobretudo depois de sofrer um grave assalto na semana anterior à nossa conversa. As experiências do candidato com este episódio de violência criminal abrem caminho para pensar, na sessão seguinte, os significados atribuídos por ele e outros colegas aos seus desejos genéricos de “vingança contra a bandidagem”. Quando Ricardo compartilhou a história no “cursinho”, todos os outros candidatos presentes afirmaram já ter experienciado casos variados de violência contra si ou pessoas que lhes são próximas – em especial PMs que eram seus amigos, parentes e vizinhos.

O paper, neste sentido, explora a narrativa do assalto e o compartilhamento do sentimento generalizado de vingança por parte dos seus colegas a partir de duas perspectivas complementares. Em primeiro lugar, a violência das vendetas é compreendida tal qual “ação simbólica” (Botelho & Magnoni, 2017, p. 111) que une policiais e criminosos sob o mesmo conjunto de valores e crenças. Em segundo lugar, uma vez imersos nessas comunidades, a violência letal adere a uma “razão antropofágica” (Da Cunha & De Castro, 1986, p. 66) segundo a qual as vítimas e os perpetradores das vinganças perdem suas identidades individuais para se tornarem parte das memórias coletivas dos grupos beligerantes. Em vez de visar indivíduos específicos, a vingança é atomizada entre os adversários através de narrativas sobre os mortos do passado e massacres do futuro, passando a enredar as expectativas dos candidatos enquanto potenciais personagens dessas histórias. Concluo o paper, por fim, afirmando que a “razão antropofágica” permite justificar e repactuar as agressões entre aqueles que participam da guerra – sejam eles tupinambás, sejam eles “policías” ou “bandidos”.

⁴ Nos últimos dois concursos para “soldado” na época do campo (2010 e 2014), a PMERJ exigiu dos candidatos conhecimentos teóricos nas seguintes disciplinas: língua portuguesa instrumental, redação, história, geografia, sociologia, legislação de trânsito, direitos humanos e informática.

Dirigindo “lá pra baixo”

Durante todo o período do campo, Ricardo trabalhou na função de motorista de aplicativo para conseguir pagar suas contas. Ele é casado há quatro anos com a esposa, que é dona de casa, tendo se mudado recentemente para uma residência modesta construída nos fundos do quintal da mãe. A única irmã do candidato cuidou da genitora até um câncer a acometer de maneira grave, tirando sua vida precocemente aos 48 anos de idade. Com a herança do terreno, Ricardo decidiu se mudar para lá por conta da situação difícil que ele e a esposa enfrentavam. A perda do emprego fez que com o casal ocupasse a pequena casa de fundos no quintal, enquanto a moradia principal do terreno, mais espaçosa, foi destinada à irmã, seu marido e seus dois filhos. Conheci Ricardo já vivendo nessa situação, visitando-o por duas vezes para estudarmos juntos. Antes de dividir o terreno, ele morava de aluguel num pequeno apartamento localizado igualmente no subúrbio carioca, embora num bairro distante da residência atual. Desde que se mudou, ele se dizia mais feliz por estar de volta ao lugar onde vivera sua infância e adolescência, em proximidade com vizinhos, amigos e sua irmã. Ricardo, assim como outros candidatos, ele se referia ao bairro suburbano onde morava enquanto “sua área”.

Diante da rotina atribulada, conseguir tempo para conversar com Ricardo sempre foi um desafio. Tendo adquirido seu automóvel mediante um financiamento voltado para motoristas de aplicativo, suas dívidas faziam com que ele dirigisse entre dez e doze horas por dia. Particularmente aos sábados, ele usava seu tempo para estar no “cursinho” até às cinco da tarde, embora não fosse raro que o candidato saísse da aula para tentar dirigir ao menos por mais algumas horas, aproveitando o maior potencial de clientes nos finais de semana. Sua única “folga” geralmente ocorria na segunda-feira, mas era comum que ele postasse algum *status* no *WhatsApp* que dava a entender que ele estava trabalhando também nesse dia. Logo, conversar com ele era uma atividade mais frequente durante as aulas e os “almoços” no “cursinho”, bem como, pontualmente, nas poucas vezes que consegui visitá-lo para estudarmos. Entre todos os meus interlocutores, Ricardo era aquele que mais dedicava tempo ao trabalho, nunca tendo conseguido, por exemplo, nos acompanhar nas “esticadas” após as aulas de sábado no bar e em outros lugares, quando ele era obrigado a seguir seu rumo para a companhia da esposa ou do volante.

Uma solução que acabei encontrando para ao menos minimizar esse problema fora me valer dos seus serviços de motorista sempre que possível. Quando sabia, com antecedência, que precisaria de um *Uber* para realizar alguma corrida de maior distância,

eu sempre lhe perguntava se ele poderia me acompanhar no trajeto. Nessas ocasiões, como combinávamos “por fora” do aplicativo, Ricardo não perdia os 25% cobrados sobre o valor da corrida pela empresa. A maioria dos percursos que fizemos juntos permutaram minhas idas ora à escola onde trabalho, ora às reuniões de pesquisa e outros compromissos acadêmicos na UFF. Como os trajetos distam, respectivamente, 32 e 21 quilômetros da minha residência, isso nos dava um bom tempo para conversar sobre muito assuntos – em especial sobre o concurso da PMERJ e o interesse daquele jovem pela carreira policial.

Uma dessas ocasiões de encontro foi decorrente de uma irregularidade na aposentadoria do meu pai. Com uma procuração em mãos, tive que me encaminhar presencialmente a uma agência do INSS mediante marcação prévia de horário no sistema da previdência. A opção mais próxima de data disponível indicava uma agência no bairro de Ricardo, que era razoavelmente distante da minha casa. O horário de atendimento seria no início da tarde, sendo que, ao final daquele dia, eu deveria estar na UFF para uma reunião acadêmica. Antes de fazer a marcação, “chamei” Ricardo no *Whatsapp* e lhe expliquei a situação, perguntando se ele poderia me levar, naquele dia, da referida agência do INSS até o centro de Niterói. “Pô mano, é perfeito! Então, eu posso ver se almoço em casa e depois te levo. Que horas tu acha que tá liberado?” – ele perguntou. O problema era conseguir precisar adequadamente o horário, dado todos os “imponderáveis da vida real” que podem acontecer quando se adentra uma agência do INSS no Rio de Janeiro. Como o sistema disponibilizava a marcação para às “13:15”, tentei pensar numa boa margem para eventuais atrasos. Perguntei se “15:00 horas” ainda era um horário plausível, pensando também no almoço do candidato. Ricardo disse que “estava ótimo” e marcamos dele me buscar na própria agência no dia combinado. Fiquei de avisá-lo assim que fosse liberado da burocracia.

Por conta de uma “instabilidade no sistema”, o atendimento atrasou e só consegui ligar para Ricardo vinte minutos antes do horário combinado. Ele chegou alguns momentos depois e logo estávamos a caminho de Niterói. Pelo dia mais ameno, ainda de início de primavera, sugeri que abrísssemos as janelas para não usar o ar-condicionado do veículo, no intuito também de “dar um moral no combustível” já que seus ganhos pela corrida seriam assim ainda maiores. Ricardo agradeceu a gentileza, comentando sobre a “chatices” de alguns passageiros que exigem o ar-condicionado mesmo no tempo frio: “tem passageiro que é foda. O cara chega de casaco e pede pra ligar o “ar” no máximo.

Pergunta se tem água, bala... na boa, dá vontade de falar que essa porra aqui é *Uber* e não bomboniere!”.

Meu interlocutor era o tipo de candidato que seus colegas chamavam de “acelerado”. No universo policial carioca, o PM “acelerado” é aquele PM geralmente novato, que acabou de entrar na corporação e que quer “mostrar serviço” a qualquer custo, não conhecendo ainda o andamento adequado do trabalho ostensivo das ruas, com seus *tempos oportunos*⁵. A “aceleração” de Ricardo, todavia, estava mais ligada ao jeito de ser do candidato, que acabava por encarnar literalmente a própria “correria” que ritmava sua vida. Sua maneira de falar e andar eram tensas, atravessadas por uma certa pressa que ele demonstrava em concluir seus argumentos e chegar aos lugares – fossem eles ao volante do carro ou nos passos rápidos dos seus sapatos. Em conjunto com um corpo ainda bem trabalhado pelas artes marciais, Ricardo se valia de todos esses atributos para impor violentamente sua presença aos ambientes onde transitava. Era curioso observar como a agressividade apresentada pelo candidato contrastava com seu lugar na direção de um pacato *Chevrolet Onix 1.0*, que parecia absolutamente fora de lugar com a autoimagem transmitida por aquele homem. Ele se resignava, afirmando que aquele “carrinho” que ele dizia “parecer de brinquedo” era o veículo que estava garantindo sua sobrevivência nos últimos tempos.

Após embarcar no veículo, seguimos o fluxo livre do trânsito por uma importante via do subúrbio carioca, que corria em paralelo à “linha 2” do metrô de superfície. Nos poucos sinais fechados que cruzamos, Ricardo sempre repetiu algum desses dois rituais: ou ele acionou o fechamento elétrico dos vidros quando fomos obrigados a parar, ou ele simplesmente “avançou” o sinal nos lugares onde não havia “fiscalização eletrônica” da prefeitura. Da janela do carona, era possível perceber a reputação negativa daquela avenida pela maneira como as ações de Ricardo eram replicadas pelos outros motoristas. Eles procuravam, quando em repouso, não apenas evitar contato direto com a cidade que era exterior aos veículos, mas também, quando em movimento, vencer o mais rápido possível a extensão da via. Tudo isso parecia já normalizado no cotidiano dos motoristas que transitavam por ali.

⁵ Saber “ler a pista”, isto é, conhecer os perigos e oportunidades oferecidos pelas ruas é um dos elementos que os candidatos julgam fundamentais na rotina de trabalho ligada à *vida de polícia*. Sobre isso, ver Rodrigues (2021b).

“Parar no sinal aqui não dá, né mano?”. Ricardo assentiu meu comentário com um aceno positivo de cabeça, dizendo que, em certos lugares, ele “evitava até passar” por conta dos riscos envolvidos em ser motorista de aplicativo. Como se quisesse introduzir um novo assunto na conversa, ele comentou: “tu tá ligado que agora eu só trabalho *lá pra baixo*⁶?”. Respondi que não sabia da “novidade”, uma vez que, até aquele momento, o candidato sempre afirmara que não tinha preferência quanto ao seu local de trânsito, circulando por toda a capital e pelos municípios vizinhos da RMRJ. A mudança, ele me explicou, estava ligada a um segundo assalto sofrido em menos de um ano trabalhando nas ruas. Da primeira vez, quando ainda não o conhecia, ele foi ao encontro de uma suposta cliente após deixar outro rapaz em casa, num bairro limítrofe do subúrbio da capital. Sem conhecer a área, Ricardo foi guiado pelo aplicativo até uma rua estreita já num município da Baixada Fluminense, onde dois homens armados o aguardavam. Ele teve roubado todo o dinheiro em espécie embolsado no dia, bem como outros pertences pessoais de valor como o celular e o relógio. O prejuízo totalizou quase metade do seu salário mensal – algo em torno de mil e quinhentos reais.

Já da segunda vez, acontecida na madrugada do domingo anterior aquele dia, meu interlocutor estava com a rota encaminhada na direção de casa quando aceitou uma “corrida” para destino próximo dali. Dois homens e uma mulher bem-vestidos embarcaram no veículo próximas a uma boate, supostamente saindo juntos do local. Eles queriam que Ricardo levasse a mulher até dentro de uma favela conhecida do candidato, e de lá seguir para um outro endereço bem próximo onde os rapazes desembarcariam. O possível futuro PM tinha enquanto política profissional não subir quaisquer favelas para buscar ou desembarcar passageiros: “prefiro perder a corrida do que ter constrangimento de ‘vagabundo’ botar um fuzil na minha cara” – ele dizia. Ao ser informado do destino desejado, Ricardo alertou a mulher e os rapazes que iria deixá-los, apenas, num dos acessos ao morro. Uma discussão se iniciou enquanto ele dirigia, com os passageiros

⁶ “Para baixo” e “para cima” são duas categorias nativas que descrevem formas distintas de navegação social dentro dos limites da região metropolitana carioca. Quanto mais “para baixo” se vai ou se mora, mais próximo tende a ser o lugar do centro (CBD) da capital fluminense, também chamado, curiosamente, de “cidade”. Por outro lado, quanto mais “para cima” um lugar é, mais distante ele tende a ser em relação ao centro, ou, nos termos nativos, da “cidade”. Neste sentido, falar que se mora ou se vai “lá pra cima” ou “lá para baixo” revela duas possíveis *escalas da experiência* urbana que contrapõem o “subúrbio” em relação à “cidade” no Rio de Janeiro. Não um subúrbio “geográfico” ligado a certas zonas ou bairros em particular, mas um subúrbio de conteúdo social que pode descrever representações até mesmo sobre outras regiões periféricas da RMRJ, como a Baixada Fluminense. Naquela situação específica, dirigir “lá pra baixo” significava que Ricardo trabalhava agora nos bairros mais próximos ao centro da capital, como nas vizinhanças mais abastadas da Zona Norte, do CBD e, principalmente, da Zona Sul.

fazendo considerações acerca da resistência do candidato em levá-los até o destino desejado.

Segundo ele, “a chapa esquentou mesmo” quando o homem sentado no banco do carona insinuou que Ricardo não queria subir o morro porque era “polícia”. Meu interlocutor sabia que a afirmação tinha algum lastro, em especial porque era comum ele ouvir que tinha muita “pinta de polícia”. Seu porte atlético, o cabelo raspado, a barba feita, o relógio dourado e um cordão prateado constituíam o “kit polícia” que outros candidatos igualmente adotavam enquanto indumentária usada no dia a dia. Pela descrição da cena, os passageiros pareciam performar a intimidação como numa *equipe de representação* (Goffman, 1985, p. 78). O mesmo rapaz que fez a insinuação disse para ele tomar cuidado, pois naquela área “morria muito polícia”, enquanto o outro, no banco de trás, comentou com a menina que, com “aquela pinta”, ou ele “era polícia” ou, no mínimo, “queria virar polícia”. Outras provocações se sucederam, quando Ricardo disse ter sentido a ponta do cano de um revólver encostar sua nuca. A situação piorou ainda mais quando os três anunciaram o assalto e disseram que iriam revistar todo o veículo. Caso eles encontrassem algo que denunciasse sua identidade enquanto policial, os assaltantes prometeram executá-lo sumariamente.

A maior preocupação, segundo o candidato, era com as trocas de mensagens que ele mantinha com seu primo Ezequiel no celular – um cabo da PMERJ. Além das conversas sobre o concurso, o “histórico” no *chat* era repleto de fotos, vídeos e outros conteúdos ligados ao universo policial que o PM compartilhava com ele. Em meio a ameaças e xingamentos, os três revistaram não somente sua carteira, como também o porta-luvas e os tapetes da parte dianteira do carro atrás de objetos de valor e uma possível identidade funcional ou arma. Ricardo me disse: “se eles pegam o celular pra revistar, eu ia acelerar e ‘porrar’ no primeiro poste. Foda-se! Eu podia morrer, mas com certeza não ia sozinho”. Por sorte, pouca atenção foi dada ao telefone naquele momento, sendo o aparelho subtraído junto com o relógio, o cordão e o dinheiro em espécie que ele tinha feito no dia. Os pertences foram recolhidos pela mulher, e um dos homens ordenou que o veículo fosse parado numa rua erma, alguns quarteirões antes do destino da corrida. Antes de mandá-lo seguir viagem, um dos assaltantes deu ainda uma coronhada no peito de Ricardo, dizendo que ele deveria “aprender a respeitar bandido” e que, por pouco, não tinha sido “passado” (morto). Confuso e ainda um pouco sem ar, ele arrancou com o carro em alta velocidade seguindo direto para casa, em silêncio. Na pequena sala da casa de

fundos, ele contou para a esposa o que acabara de acontecer, jurando que sua única certeza era que ele jamais seria *esculachado*⁷ daquele jeito novamente.

O banquete do ódio

A história do assalto foi contada com indignação. Ao longo do campo, Ricardo e tantos outros candidatos me relataram muitas vivências ligadas a situações diretas e indiretas de violência. Suas “experiências próximas” (Geertz, 1997, p. 87) reuniam narrativas comuns sobre si e sobre familiares ou conhecidos que haviam sido vítimas, na grande maioria dos casos, de assaltos, latrocínios, extorsões ou, minimamente, ameaças pela ação de criminosos. Tratava-se de histórias que aconteceram em lugares comuns do cotidiano nativo, a exemplo do trem indo ao trabalho, no ônibus na volta da faculdade, em “arrastões” no trânsito, em casa por ameaças ou constrangimentos causados pela ação de traficantes, entre outras situações. Nessas narrativas de ações violentas, não somente o pesar pela subtração de bens de ordem material ganhava visibilidade, mas, principalmente, o rapto abrupto de mercadorias simbólicas pela *desconsideração* demonstrada pelos “vagabundos” em relação às suas vítimas. Essa segunda dimensão era amplamente reclamada na forma de *insultos morais* (Cardoso de Oliveira, 2008).

Além de Ricardo, outro candidato de nome Cássio me relatou também ter sofrido um assalto durante o período do meu trabalho de campo. Em ambos os casos, essas ações trouxeram prejuízos ainda mais profundos às vítimas pela maneira como os crimes aconteceram. Além dos bens subtraídos, Cássio foi obrigado a deitar no asfalto quente, olhando para o chão, para que os motoqueiros que o assaltaram pudessem se evadir sem dar a ele chances de reação. Já Ricardo foi não apenas xingado e ameaçado pelos “vagabundos”, mas também violentado pela coronhada que um dos assaltantes desferiu contra seu peito. As marcas daquelas agressões gratuitas contribuíam diretamente para a construção do ódio dos candidatos para com seus agressores. Momentos como o intervalo das aulas no “cursinho”, quando Ricardo compartilhou o que acontecera consigo naquela semana, levaram Cássio e outros candidatos presentes a apoiarem-no através da contação de outras experiências próximas de vitimização operadas por “vagabundos”. Os

⁷ Enquanto categoria sociológica, Pires (2011, p. 123-124) afirma que o esculacho pode ser lido na forma de atos singulares de desconsideração do indivíduo. Ele diz respeito ao rompimento de valores estruturantes de certos horizontes morais apoiados na honra e no respeito, sendo comumente uma categoria que descreve práticas de humilhação potencialmente recorrentes em várias situações.

candidatos promoviam a inscrição dos seus ressentimentos individuais num plano moral simultaneamente social e intersubjetivamente compartilhado, transformando aqueles relatos, por intermédio de um enredamento coletivo, em narrativas de insultos contra a *honra* daqueles possíveis futuros PMs.

O desenrolar desses momentos de catarse, na leitura de Pitt-Rivers (1965, p. 35), indicava que a honra pode ser pensada também em termos coletivos com relação às solidariedades sociais construídas numa determinada comunidade moral. Assim como a conduta desonrosa individual pode macular a honra de toda a coletividade, o insulto voltado contra um dos seus membros pode acionar relações de solidariedade entre os partícipes do grupo. Não é à toa que, quando Ricardo contou que prometera a si e à esposa que aquela era a última vez que seria *esculachado*, a identificação dos outros candidatos com a história foi imediata. Nunca é demais lembrar que a violência está presente cotidianamente nas *escalas da experiência* urbana da maioria desses jovens. Sendo eles possíveis futuros policiais, esses *esculachos* me pareciam uma desonra ainda maior diante da sua potencial *condição* futura enquanto PMs, fazendo muitos deles afirmar, uma vez fardados, que não iriam “dar mole pra bandido”. Era comum que meus interlocutores dissessem que caso conseguissem se tornar PMs, os “vagabundos” que cruzarem suas vidas deveriam ser eliminados sempre possível, justamente para que eles evitassem *dar mole*⁸ para os criminosos.

De volta ao *Uber* de Ricardo, sentado no mesmo banco ocupado por um dos assaltantes, perguntei se ele se recordava da cara de algum deles. Meu interlocutor disse que não se lembrava, mas disse também que isso pouco importava, pois, “bandido era tudo igual”. Perguntei o que ele queria dizer com aquilo. O candidato fez uma breve pausa, e após refletir sobre uma frase que parecia ter saído espontaneamente da sua boca, respondeu que todos eles eram iguais por serem igualmente covardes: “eu quase morri pelo meu celular, mano! Se eles acham a conversa com meu primo, eles iam me ‘passar’... eu ia morrer de bobeira, na *covardia*. Não precisava achar nem a arma ou a carteira

⁸ Como explica Silva (2019, p. 153-158), o campo de ação inscrito pela categoria “dar mole” pressupõe uma construção social posterior a ele. Falar que alguém “deu mole” é falar de uma explicação causal, ou seja, de uma explicação capaz de pacificar os motivos que levaram alguém a agir bem ou mal. Trata-se de uma criação que procura reunir justificações plausíveis para o resultado de uma ação a partir de representações locais que não tem maior relação com os fatos em si. Não existe, portanto, uma “estrutura geral” capaz de informar ou ao menos constanger as ações moralmente classificadas como “dar mole”. O que existe, por outro lado, é apenas um regime das agências que repercute as consequências e não as causas do fracasso de determinada ação, sendo tais desdobramentos, portanto, responsabilidade integral do sujeito.

[funcional da PMERJ]”. Essa opinião fora unânime também entre os outros candidatos que ouviram a história, com base em lembranças de vários casos de agentes que foram torturados e mortos por bandidos quando identificados enquanto policiais⁹. Como vimos, o medo do *esculacho* era a justificativa central para que muitos deles afirmassem que andariam sempre armados quando fossem PMs. Mas o mesmo raciocínio nativo justificava também que os “vagabundos” fossem executados enquanto ação preventiva em caso de confronto, exatamente para “o polícia não dar mole”.

Ricardo e tantos outros interlocutores reproduziam assim um tipo de comportamento referente ao princípio da *vingança* que rege algumas relações que os próprios policiais mantêm com aqueles considerados bandidos. Esse princípio, por um lado, é justificado discursivamente pelo saciamento da “sede de honra” (Pitt-Rivers, 1965, p. 30) ligada aos PMs assassinados diante da perpetuação desses *atos de desconsideração* (Cardoso de Oliveira, 2008). Esses atos são praticados não apenas pelos “vagabundos” que matam e *esculacham* os policiais nas ruas e favelas, mas também indiretamente pela sociedade que dá pouca importância para a vida dos agentes, assim como pelo Estado que legitima um sistema de justiça visto enquanto “protetor de bandidos”.

Mas esse mesmo princípio, como argumenta Rohden (2006, p. 114), pode sinalizar ainda sentidos que escapam de uma suposta noção universal da honra, que tende a prescrever, geralmente, a personalização integral desses insultos entre aqueles que identificados enquanto participantes dos sistemas de vingança locais. Curiosamente, quando perguntei sobre os autores dos assaltos, tanto Ricardo quanto Cássio não sabiam seus nomes e nem se lembravam da cara de nenhum daqueles homens. Eles e nenhum outro candidato tampouco foram capazes de me dizer, ao lembrar alguns casos de assassinatos sofridos por policiais, o nome desses agentes, a descrição das suas feições ou mesmo quem eram os membros das suas famílias que agora choravam suas mortes. Trabalhos como os de Coelho (2017), Montes e Lins (2017) e Hirata et al. (2021), nesta

⁹ Essas representações nativas acerca da morte refletiam níveis diferenciados de desonra quando pensadas em relação aos próprios riscos a serem vividos pelos candidatos quando fossem PMs. Seria uma morte desonrada, por exemplo, morrer na mão de um “vagabundo” estando desarmado, sem chances de reação, como no desenrolar de um latrocínio. Seria uma desonra ainda maior morrer em situação semelhante, porém agravada pela ação dos criminosos ser voltada para a abordagem e execução do policial a sangue frio, de maneira premeditada, como vingança. Mas a desonra definitiva seria, sem dúvida, morrer tendo o corpo violado através dos suplícios rituais praticados por bandidos como nas inúmeras fotos e vídeos que circulavam quase diariamente por grupos de Whatsapp onde eu estava inserido com os candidatos. Eram essas imagens brutais de esquartejamentos, decapitações, degolamentos, incinerações, fuzilamentos, emasculações, estupros, etc., que davam forma e conteúdo à “covardia” e ao “esculacho” que os “polícias” poderiam sofrer caso “dessem mole” para os bandidos.

mesma direção, destacam que o alto grau de letalidade de certas “operações policiais” leva, via de regra, à retaliação contra civis inocentes e criminosos que podem não estar envolvidos no suposto assassinato de policiais no Rio de Janeiro. Tratam-se, sobretudo, de práticas de instrumentalização da violência letal contra alvos individualmente difusos, mas que seguem uma lógica coletiva de construção da categoria “bandido” a partir de marcadores sociais generalizantes informados principalmente pelo gênero, classe, raça e local de moradia.

Neste sentido, o processo de inscrição desses ressentimentos individuais num plano moral coletivo acarreta a atribuição de outros significados à lógica da vingança em questão do ponto de vista nativo. A vendeta contra os “bandidos”, de maneira distinta das vendetas mediterrâneas (Pitt-Rivers, 1965), parece ser afinada dentro de um diapasão que não tem, a princípio, nada de particular. Quero dizer, em outras palavras, que tal diapasão encaminha um sistema de vingança que vibra de maneira muito mais atomizada e impessoal de acordo com uma “razão antropofágica”. Como esclarecem da Cunha & de Castro (1986, p. 66), a *antropofagia* pode assumir papel fundamental como garantidora de uma forma permanente de vingança onde o canibalismo é a condição fundamental para a “perpetuação dos ódios”. Entre os tupinambás, todos os partícipes do banquete antropofágico passam a ser designados enquanto vítimas em potencial das próximas matanças, uma vez que, aos olhos dos inimigos vencidos, elas tomam parte da vingança ao consumir da carne cativa.

Com alguma similitude, esse mesmo tipo de vendeta reproduz de maneira mais próxima as relações de ressentimento ensaiadas entre policiais e bandidos. Por parte dos PMs, além do massacre material praticado quando os agentes fazem guerra aos seus inimigos para prendê-los, torturá-los ou matá-los, a devoração simbólica dos criminosos é feita pelas representações que emergem preferencialmente das “operações policiais” em favelas, quando os “polícias” praticam o mesmo massacre pela segunda vez por intermédio das narrativas que descrevem a execução de bandidos, a pilhagem dos seus pertences e uma série de outras violações contra os favelados – considerados comumente *envolvidos* com os criminosos (Cecchetto, Muniz e Monteiro, 2018). Já pela ótica dos “bandidos”, o consumo dos PMs decaídos acontece por caminho parecido, quando a violência física consegue atingi-los em seu cotidiano nas ruas e favelas cariocas. Ou ainda, o consumo simbólico dos corpos dos agentes toma forma nas histórias que celebram com escárnio episódios de enfrentamento e morte de policiais no

compartilhamento de fotos, vídeos, áudios ou mesmo nas letras de “funk proibidão” que narram o cotidiano desta guerra sob a perspectiva dos seus outros participantes (Cymrot, 2011; Roque, 2024).

Em todas essas histórias que ouvi em primeira pessoa da boca de candidatos ao longo do campo, ou indiretamente pelos arquivos digitais trocados por meus interlocutores e que foram produzidos por policiais ou “bandidos”, as *performances* que conseguiram produzir maior adesão nativa à “razão antropofágica” foram aquelas que lograram refundir mais plenamente seus elementos, através do uso de certos *scripts* por parte dos narradores dessas histórias. De modo geral, a relação dos PMs com os “bandidos” era descrita por intermédio de performances não apenas de submissão desses homens aos agentes em episódios como prisões, agressões ou assassinatos, mas, sobretudo, pela *desmoralização* permanente desses sujeitos diante do outro. Foi lugar comum, ao longo do campo, que alguns interlocutores apontassem a necessidade (ou mesmo o desejo) em não apenas prender ou matar “bandidos”, mas sim de *esculachá-los*. Ações como espancamentos, torturas e chacinas eram encarados como “banhos de sangue pedagógicos” (Costa, 2024) por conta desses atos, aos olhos desses candidatos, conseguirem construir o único tipo de *linguagem* inteligível aos bandidos. Nessas ocasiões, quando a lógica dos *banquetes do ódio* ganhava forma, a violência assumia o papel de idioma cultural que refundia o sentido das performances.

Enquanto uma ação também representacional, a violência, para Botelho & Magnoni (2017), pode estar vinculada a um fundo cultural compartilhado entre os seus perpetradores e vítimas, onde significados abertos a processos de inteligibilidade e interpretação são expressos. A perspectiva simbólica dos autores compreende a violência a partir de categorias socialmente construídas pelos próprios partícipes da cena, que sugerem interpretá-la como algo pertinente, justificável ou até mesmo necessário algumas vezes. Se, diante dessa perspectiva, a consideração moral acerca da violência encontra seu sentido sempre em aberto, novamente o estoque de emoções contido em todas essas histórias revela o potencial legitimador que essas performances trazem na refundação de um sentido comum entre os potenciais “soldados” da PMERJ. Não é à toa que os *scripts* escolhidos na forma de variados atos violentos perpetrados contra bandidos encontrassem forte apelo dramático entre a plateia formada por meus interlocutores. A violência funcionava como uma espécie de linguagem vernácula de muitos lugares por onde esses sujeitos transitavam em suas vidas.

Seja como for, nesses banquetes do ódio a vingança é atomizada entre os grupos inimigos através de diferentes enredamentos cuja identificação precisa dos seus personagens geralmente têm importância menor. É muito comum que eles sejam lembrados genericamente enquanto “o polícia” ou “o bandido” quando aparecem nas matérias de jornal, nas conversas que PMs e “vagabundos” mantêm entre seus pares ou nos vídeos e fotos da violência brutal desses conflitos que inundam as redes sociais. Assim como nas guerras tupinambás, esse mecanismo permite que a vítima devorada perca relativamente sua própria individualidade, passando, assim, a ocupar um lugar na memória coletiva do conflito que justifica e repactua as agressões entre os inimigos. Nesses casos, a vingança fala muito mais do passado e do futuro desses grupos rivais, ou seja, daqueles que caíram e daqueles que cairão pelas mãos inimigas. Ela constrói o passado em forma de memória para criar, com isso, expectativas de guerras futuras (da Cunha & de Castro, 1986, p. 69).

Pela proximidade com o universo policial, os candidatos não estão alheios à produção de ao menos parte dessa memória coletiva. Nela, embora sem nomes e rostos, os jovens representados enquanto “vagabundos” trazem marcadores bastante definidos de cor, classe, gênero, lugar de moradia, faixa etária, etc., que contribuem para a construção social de uma subjetividade sobre esses sujeitos que se reconhece e é reconhecida enquanto criminosa, para que se operem sobre eles, afinal, o processo histórico de *sujeição criminal* (Misse, 2010). São essas representações que permitem aos meus interlocutores acessar a memória produzida sobre a guerra, para que eles possam construir para si expectativas futuras sobre sua relação com os bandidos. Em certo sentido, eles até mesmo já participam desse banquete ao consumir simbolicamente esses corpos assujeitados através do contar e ouvir histórias sobre a *vida de polícia*. Ingressar na PMERJ para persegui-los, prende-los ou preferencialmente matá-los é assim uma continuidade desse processo, mas agora em termos do consumo também material da carne dos seus futuros inimigos.

Referências bibliográficas

- ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. Economias-políticas marginais: produtividade policial, vizinhanças radicais e a (re) produção cotidiana das desigualdades em uma favela de Niterói-RJ. *Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia*, 2020.
- ALBERNAZ, Elizabete e RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. “Operações policiais: um exercício multi-situado e multiescalar de regionalização dos impactos da violência armada em favelas durante a pandemia no Rio de Janeiro”. *Farol: revista de estudos organizacionais e sociedade*, n. 25, 2022.
- BOTELHO, Nelson A. & MAGNONI, Javier A. *Sociologias de la Violencia – Estructuras, sujetos, interacciones y acción simbólica*. Mexico: Flacso, 2017.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 23, nº67, 2008. p. 135-146.*
- CECCHETO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. “BASTA TÁ DO LADO – a construção social do envolvido com o crime”. *Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 82, 2018 p. 99-116.*
- COELHO, Terine Husek. “Medindo forças: a vitimização policial no Rio de Janeiro”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- CYMROT, Danilo. *A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica. (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.*
- COSTA, André Saldanha. “A espetacularização das operações militares como banhos de sangue pedagógicos”. In: PIRES, Lenin, ALBERNAZ, Elizabete, RODRIGUES, Eduardo de Oliveira (orgs.) *Margens em disputa: ilegalismos, territórios armados e práticas militarizadas*. Rio de Janeiro, Autografia, 2024.
- DA CUNHA, M. L. C., & DE CASTRO, E. B. V. “Vingança e temporalidade: os Tupinambás”. *Anuário Antropológico, 10(1), 1986. pp. 57-78.*
- FERREIRA, Ítalo do Couto. *Entre Mercadorias Políticas e Autos de Resistência: Memórias Etnográficas de um Oficial do Extinto 1º BPM da PMERJ*. Dissertação (Mestrado em Justiça & Segurança) – Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997a, p. 85-107.
- GOFFMAN, Erwin. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- HIRATA, Daniel; GRILLO, Carolina; DIRK, Renato; LYRA, Diogo. “Chacinas Policiais – relatório de pesquisa”. Heinrich Böll Stiftung, 2022. Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/02/document_open_icon_181096.png. Acesso em 29/05/2022

LEITE, Márcia. “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança*, v.6, n.2, 2012. p. 374-389.

MISSE, Michel. “Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’”. *Lua Nova*, n. 79, 2010. p. 15-38.

MISSE, Michel. Grillo, Carolina; Teixeira, César; Neri, Natasha. Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência”(2001-2011). Rio de Janeiro: NECVU-Booklink, 2013.

MONTES, Gabriel Caldas & LINS, Gabriel de Oliveira Accioly. Evidências para os efeitos de Deterrence, desenvolvimento socioeconômico e revanche policial sobre a violência nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. 45º encontro nacional de economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Natal/RN, 2017.

PITT-RIVERS, Julian. Honour and social status. In: PERISTIANY, J. (Ed.). *Honour and Shame: The Values of Mediterranean Society*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1965, p. 19–77.

PIRES, Lenin dos Santos. “Esculhamba, mas não esculacha!”: uma etnografia dos usos dos trens urbanos na Central do Brasil. Niterói: EdUFF, 2011.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Necropolítica: uma pequena ressalva crítica à luz das lógicas do “arrego”. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, vol.14, n.1, 2021a. p.189-218.

_____. “‘Feitiços da rua’: os diferentes tempos dos ilegalismos e seus usos a partir da descrição de um ‘esquema’ de transporte complementar no subúrbio carioca”. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (53), 2021b. p. 347-370.

_____. "E o fuzil, tu vende pra quem? Os diferentes significados da corrupção entre candidatos à carreira de policial militar no Rio de Janeiro". *Revista de Antropologia da USP*, v. 65, n.2, 2022.

ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? *Campos*, n.º 7(2), 2006. p. 101-120.

ROQUE, Ariel Teixeira. “Não sou bandido, sou músico”: uma etnografia sobre as relações entre o funk e a expansão miliciana no interior da Zona Oeste do Rio de Janeiro. In: PIRES, Lenin, ALBERNAZ, Elizabete, RODRIGUES, Eduardo de Oliveira (orgs.). *Margens em disputa: ilegalismos, territórios armados e práticas militarizadas*. Rio de Janeiro, Autografia, 2024.

SILVA, Gabriel Borges da. “Quantos ainda vão morrer eu não sei”: o regime do arbítrio, curtição, morte e a vida em um lugar chamado de favela. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.